



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Mundo do Trabalho.

OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE

Adriano Pereira Basilo de Oliveira¹

Erica Silva de Oliveira²

Vaniele Soares da Cunha Copello³

Resumo

Este trabalho propõe analisar os rebatimentos da política coronelista, com práticas clientelista e assistencialista, na atuação dos assistentes sociais da Baixada Fluminense. Num primeiro momento, apresenta-se como foram construídas as relações de poder neste território, com base na violência e coerção. Logo após apresenta-se um breve histórico da profissão e sua busca por uma renovação crítica. Na sequência, discute os desafios cuja prática profissional se insere no âmbito da correlação de poderes e forças sociais presentes na Baixada Fluminense.

Palavras-chave: Serviço Social, Baixada Fluminense, Política Coronelista.

The refutations of the coronelista policy in the performance of social workers in the Baixada Fluminense

Abstract

This work proposes to analyze the refutations of the colonelist politics, with practices clientelist and assistentialist, in the action of the social assistants of the Baixada Fluminense. First, it presents how the relations of power in this territory were built, based on violence and coercion. Soon after, a brief history of the profession and its search for a critical renovation are presented. In the sequence, it discusses the challenges whose professional practice falls within the scope of the correlation of powers and social forces present in the Baixada Fluminense.

Keywords: Social Service, Baixada Fluminense, Colonelist Politics.

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo (2009). Mestre em Política Social pela Universidade Bandeirantes (2012). Doutorando em Serviço Social pela PUC-Rio. Atualmente Coordenador Geral Acadêmico da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO. E-mail: <adriano.oliveira@unigranrio.edu.br>.

² Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. Atua como membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. E-mail: <erica13_silva@unigranrio.edu.br>.

³ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Grande Rio (2010). Atualmente é assistente de coordenação e apoio à pesquisa do curso de Serviço Social da Unigranrio, é professora colaboradora do Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy – UNIGRANRIO. E-mail: <cunha.vanielesoares@gmail.com>.

1. Introdução

As práticas políticas realizadas na Baixada Fluminense, são relacionadas às condições sociais de forma precária, existente neste território, um espaço marcado pela ausência do poder público, onde há mais uma administração da pobreza do que seu próprio enfrentamento. Esse ambiente se tornou peculiar na formação e desenvolvimento de poder, caracterizado pela violência e repressão: o coronelismo⁴.

Desta forma, o presente trabalho pretende analisar os rebatimentos da política coronelista, com práticas clientelista e assistencialista, na atuação dos assistentes sociais da Baixada Fluminense.

Na sua primeira parte, apresenta-se de que forma foram construídas as relações de poder, com base na violência e coerção, nesta área periférica da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, mostrando o cenário histórico desde a implantação e o desenvolvimento da política coronelista.

Logo após apresenta-se um breve histórico da profissão e sua busca por uma renovação crítica, apresentando as condições históricas, políticas, econômicas e sociais que foram necessárias para a implementação da profissão na divisão social do trabalho.

O Serviço Social ao se inserir no âmbito da divisão social e técnica do trabalho como uma profissão interventiva e institucionalizada para responder às diversas expressões da chamada “questão social”, cujos fundamentos, encobertos pela própria imediaticidade da realidade, encontram-se na economia e na política, tem sua natureza interventiva reconhecida e sancionada. Seu estatuto interventivo lhe confere um âmbito de intervenção condicionado pelos componentes estruturais do cotidiano e por sua relação com a questão social, que na aparência dá-se de maneira direta e imediata, mas é mediatizado pelas políticas sociais. (GUERRA, 2013, p. 39)

Por muitos anos, o Serviço Social esteve totalmente relacionado aos princípios da Igreja Católica e influenciado pela corrente positivista, e ao buscar legitimidade para a profissão, o Serviço Social procura se aproximar de uma elaboração teórica mais consistente. Procurando romper com o conservadorismo profissional, a teoria social de Marx é incorporada à profissão, o que proporcionou um amadurecimento

⁴ “O coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre os governos e os coronéis, o governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo em forma de votos. Para cima, os governadores dão apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte de seu domínio no estado.” (ALVES, 2003, p. 132)

teórico-metodológico, que resultou em um direcionamento ético-político, articulado aos interesses da classe trabalhadora.

Na sequência, apresentam-se os desafios cuja prática profissional se insere no âmbito da correlação de poderes e forças sociais presentes na Baixada Fluminense. O assistente social, enquanto um trabalhador assalariado, que atua diretamente no enfrentamento da “questão social” é posto em desafio diante da política coronelista na Baixada Fluminense.

Destaca-se que é fundamental a capacidade intelectual, e apropriação dos conhecimentos teórico-metodológicos, para uma postura crítica mediante as suas atividades. Para o assistente social é imprescindível o conhecimento e domínio de suas competências e atribuições, para não realizar apenas serviços burocráticos e mecanizados.

2. Relações de poder na Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense é uma região do Estado do Rio de Janeiro, composta por treze municípios⁵. Suas cidades se tornaram um suporte para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e são conhecidas por ‘cidade-dormitório’, formadas por aglomerados urbanos que servem como moradia para trabalhadores que vendem sua força de trabalho na metrópole carioca.

Nesta perspectiva, a Baixada Fluminense é estabelecida a partir de suas representações sociais num contexto de periferia urbana, um local marcado pela ausência do poder público e por inúmeras expressões da questão social, como a pobreza, violência urbana, desemprego, dentre outras.

A noção de “periferia”, construída nos anos 1970, nos marcos da sociologia urbana marxista, e incorporada em seguida ao senso comum, qualifica um determinado território na metrópole pelo conjunto de carências ali observadas e não encontrado em outro lugar: carência de serviços públicos básicos, de urbanização de áreas públicas, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho, entre outras. (LAGO, 2010, p. 133, Apud SOUZA E BARBOSA, 2013, p. 6).

A falta de investimento em políticas públicas vai favorecer o desenvolvimento de um poder local, caracterizado por uma imposição política pautada na

⁵ Os municípios que compõem a Baixada Fluminense são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

violência e coerção, o coronelismo. Este, “enquanto estrutura de poder, marcaria o espaço político da Baixada no bojo da nascente política republicana, que produz um espaço político diretamente influenciado pela gestão pública da União.” (SOUZA, 2014, p. 58)

Essa estruturação política vem sendo construída há tempos, com a crise do setor agrário na República Velha, a então capital nacional, Rio de Janeiro, será a maior influência nas transformações sociais na Baixada Fluminense. Com interesses nos votos rurais que a Baixada poderia oferecer, o poder público vai fornecer uma legitimidade ao poder dos coronéis. E com a aprovação do voto universal na década de 1930, o coronelismo vai se impor cada vez mais.

O Distrito Federal (...) tratava sua conflituosa relação com as lideranças políticas fluminenses, e ambos (Distrito Federal e municípios), por sua vez, interessavam-se cada vez mais pelos votos rurais que a Baixada oferecia para a nova legitimação do poder. Desse modo, os rebeldes senhores coloniais, que exerciam a lei e o governo em um sistema escravista e patriarcal, passam a dar lugar aos coronéis, chefes de um sistema rural decadente e ávidos por benefícios do poder central, mesmo se isso significasse sua perda de sua autonomia. (ALVES, 2003, p. 78 - 79)

Durante a década de 1930, personagens políticos edificam uma base de poder estruturada a partir da violência como, por exemplo, Tenório de Cavalcanti⁶. Este foi um dos grandes destaques da história da Baixada Fluminense, no que se refere a execução de um poder patronal⁷ com “prática clientelista, de favorecimento e de apadrinhamento” (SOUZA E BARBOSA, 2013), através da coerção. A política coronelista de prática clientelista de Tenório Cavalcante vai representar toda uma estrutura de poder político, que vai vigorar na gestão pública até os dias atuais.

Cabe destacar também, uma nova forma de acesso ao poder que começou a partir da ditadura militar, que com a repressão por parte da Polícia Militar, para controlar as rebeliões, a criminalidade, se tornou comum. Os grupos de extermínios, um aparato ilegal, que a partir de matanças, buscavam promover uma ordem.

O que se percebe nesses anos de interferência militar na política local é a produção de um rearranjo dos mecanismos de poder anteriores. Se no passado as máquinas clientelísticas partidárias estabeleciam um controle direto sobre a

⁶ Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, conhecido como Tenório Cavalcanti, ou "homem da capa-preta" foi um político de Duque de Caxias que materializava seu poder a partir da violência, coerção e de práticas assistencialistas. Andava sempre com uma metralhadora, a qual chamava de Lurdinha que ficava escondida sob sua capa preta.

⁷ “O poder patronal é referido como uma relação através da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e mesmo posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser obtidos.” (GRYNSZPAN, 1990, p. 1. Apud SOUZA E BARBOSA, 2013, p. 11). Neste caso, o acesso a alguns benefícios sociais, estariam condicionados a lealdade e votos.

Secretaria de Segurança na nomeação dos delegados e, conseqüentemente, no controle das atividades ilegais (contravenção, lenocínio, jogatina, violência), agora, a ditadura militar assumiria para si esse controle. Contudo, a interferência direta na cassação de opositoristas vai cedendo lugar à mediação construída pela concessão da ilegalidade e dos mecanismos de repressão aos grupos vinculados ao situacionismo. Há, portanto, uma retomada, em outras bases, dos mecanismos que no pré-1964 tinham consagrado figuras como Amaral Peixoto, Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti. A diferença, porém estava na administração militarizada desses mecanismos, com destaque, sobretudo, para a atuação da Polícia Militar. (ALVES, 2003, p. 106)

Nota-se que de forma histórica, a construção do poder político nos municípios baixadenses é pautada na violência e na coerção composta por grupos de extermínio e outros aparatos de poder sobre a população residente. Essas estratégias de poder, a partir da lógica da política coronelista, ainda estão presentes na gestão pública dos municípios da Baixada Fluminense.

Como um refúgio eleitoral, a prática clientelista da política coronelista vai se tornar uma grande estratégia de ascensão ao poder, vinculada a prática assistencialista. Vários agentes públicos, chegaram ao poder fazendo do ambiente social uma arena política, pois a Baixada Fluminense, enquanto um lugar carente e precário constitui um cenário perfeito para se fundar métodos de apadrinhamento, onde cargos públicos são ocupados via indicações.

Partindo do pressuposto de que a patronagem é essencialmente pautada na assimetria de poder no âmbito do acesso e controle dos recursos e bens materiais, entre o gestor (formal ou informal) da precariedade – um líder político, uma “figura ilustre” do local ou um empreendedor que adquire uma posição social de destaque; e a rede clientelista que esse ator social estabelece via práticas de apadrinhamento, indicação de cargos públicos, patrocínio de festas populares, além da promoção da “ordem” mediante a relação com grupos de extermínio e braços armados, entre outras estratégias do mandonismo local. (SOUZA E BARBOSA, 2013, p.12)

Como mencionado acima, os cargos públicos, em sua grande maioria, são ocupados por apadrinhamento, ou seja, por indicação de algum agente político. Dentro desses cargos, encontra-se os de assistentes sociais, e mais adiante deste estudo, será abordado as implicações que esse perfil de política coronelista impacta na prática dos profissionais de Serviço Social que atuam na Baixada Fluminense.

3. Serviço Social brasileiro: a busca por uma renovação crítica

3.1- A gênese do Serviço Social:

O surgimento do Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, está diretamente ligada ao movimento da ordem monopólica, pois através de sua intervenção irá responder às múltiplas expressões da “questão social”.

Com a organização política do movimento operário, a burguesia precisa criar estratégias para o controle dessa organização. É nesse momento que o Estado, gerenciador dos interesses da burguesia, passa a intervir sobre a “questão social” de forma constante e ordenada, onde as “funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 2011, p. 25).

Esta intervenção se dará através das políticas sociais, que será a base ocupacional do Serviço Social, e a partir da funcionalidade delas, compreendemos a funcionalidade da profissão, que é o ator que as implementam.

O sentido social das políticas sociais (sua função de reprodução do sistema socioeconômico e político e do *status quo*) e sua tensão e contradição internas (constituir direitos conquistados pelas classes subalternas) são transferidos para aqueles atores que com elas trabalham: os assistentes sociais. Estes passam a ter, em sua prática, o sentido social das políticas sociais. (MONTAÑO, 2006, p. 2)

As políticas sociais têm duas importantes funções dentro da dinâmica capitalista monopolista: a função econômica, que é de formar força de trabalho massiva e reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, e a função política, que é justamente a legitimação da ordem social.

É neste contexto supracitado, que na década de 1930, o Serviço Social iniciou seu percurso no cenário brasileiro, articulado a outro processo que foi a presença da Igreja Católica, que buscava recuperar sua hegemonia política e seus privilégios, que veio perdendo com o fim do império.

Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente, e, diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade. (IAMAMOTO, 2013, p. 20)

A “reação católica” faz com que a Igreja se posicione frente à “questão social” que é tratada enquanto uma questão moral e religiosa, e não oriunda da relação contraditória entre capital/trabalho, com atividades caritativas, individualizadoras e moralistas. Essas atividades passam a ser organizadas através de uma formação técnica especializada, e a partir daí o Serviço Social surge com um arranjo teórico-doutrinário,

com uma prática voltada para agir de forma educativa e organizativa sobre a classe trabalhadora, com um discurso baseado no neotomismo⁸.

Fundada no reformismo conservador, o Serviço Social tem sua ação pautada no viés da moral, com caráter educativo e individual. Outra característica dessa atuação é uma tendência do pragmatismo e do empirismo, demandando resultados imediatos. Neste período, a profissão sofre grande influência das teorias positivistas e funcionalistas, onde procurava o ajustamento do indivíduo ao ambiente na busca da coesão social.

No período entre as décadas de 1940 e 1960, o Brasil passa um momento de desenvolvimento industrial, com um crescimento econômico devido ao forte investimento de capital estrangeiro. No que se refere à profissão, essas mudanças passa a exigir uma postura profissional mais técnica, com mudanças nos métodos de ação mediante a novas formas de controle.

De um lado, é preciso aperfeiçoar o instrumental operativo, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, a sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim é preciso dar um suporte técnico à ação profissional. (IAMAMOTO, 2013, p.36)

Mesmo com essas mudanças no bojo da profissão, o Serviço Social continua com uma atuação conservadora, expressando em sua prática, ações de cunho moralizador, educativo e disciplinador, procurando transformar a maneira de ver e agir da classe trabalhadora, e intermediando as relações entre patrão e empregados. Desta forma, o assistente social é um profissional da coerção e do consenso, e suas atividades atendem aos interesses da classe dominante.

(...) o assistente social aparece como o profissional da coerção e do consenso cuja ação recai no campo político. (...) Sua demanda pelos canais oficiais está relacionada às tensões e mudanças significativas nas oposições de classes configuradas na “questão social”. Está estreitamente vinculada à necessidade de preservação da ordem, da estabilidade da sociedade civil, como suporte da ampliação da produtividade do trabalho requerida pelo processo de acumulação. (IAMAMOTO, 2013, p. 48)

É no final dos anos de 1950, que as primeiras inquietações surgem questionando o “Serviço Social Tradicional”, buscava-se romper com a herança conservadora e trazer uma legitimidade para a profissão e uma atuação voltada aos

⁸ O neotomismo “defende um modelo cristão de sociedade, que se consubstancia nas condições históricas da ordem burguesa, tendo em vista torná-la ‘mais justa e fraterna’, cuja caracterização passa por um trabalho de evangelização das massas, como exigência para o desenvolvimento, na vida social, do senso de liberdade e fraternidade.” (ABREU, 2004, p. 51- 52).

interesses dos usuários, através de uma reestruturação teórica e uma prática política. Esse movimento dá indícios de uma erosão nas bases do Serviço Social Tradicional, porém com o Golpe de 1964, ele é desarticulado, o que atrasou uma perspectiva mais crítica para a profissão. Mas, esse cenário modificado pela autocracia burguesa “com a implantação do projeto de “modernização conservadora”, precipitou a mesma crise. E é sobre esse patamar que vai operar a renovação profissional” (NETTO, 2015, p. 184)

3.2- A busca pela ruptura: a aproximação com a teoria marxista.

Com a instauração da Ditadura Militar, o Serviço Social também sofreu alterações mediante às novas demandas que surgiam para sua intervenção. Na tentativa de trazer uma legitimidade para a profissão, o Serviço Social procura se aproximar de uma elaboração teórica mais consistente e se afasta da influência doutrinária da Igreja Católica. Neste momento, o Serviço Social no Brasil começa a passar por um processo de renovação⁹.

Passa-se a exigir um profissional que tenha um caráter técnico-científico que seja capaz de acompanhar a burocratização das atividades institucionais. Aceita como dado inquestionável a ordem estabelecida, procurando dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas. Na vertente modernizadora, nota-se que há mudanças metodológicas, porém não há a separação da corrente positivista, pelo contrário, há uma incorporação dele, de forma encoberta, ao tentar separar a ciência pura da ciência aplicada, pois o positivismo separa claramente as disciplinas científicas das técnicas.

Esta é uma bandeira levantada pela esmagadora maioria dos profissionais reconceituadores, nas décadas de 1960 e 1970, porém com enorme repercussão e vigência até nossos dias. Até por aqueles que pretendem, com base nesse argumento, nessas conceituações de teoria e prática, bater e rebater a referida concepção positivista de separar ciência e técnica, teoria e prática. Longe estão eles de seu objetivo; e o que não percebem é que este postulado, distante de ferir de morte o conceito positivista, o revitaliza e o recria. (Montaño, 2007, p. 162 e 163)

⁹ “Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (NETTO, 2015, p.172). De acordo com Netto (2015), três direções principais constituíram o processo de renovação: a vertente modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

Na segunda direção do processo de renovação, há uma recuperação dos componentes mais conservadores da profissão, sob uma nova base teórico-metodológica: a fenomenologia. Resgata-se a conexão com a doutrina social da Igreja e soma-se uma intervenção profissional na centralidade da pessoa através da ajuda psicossocial.

Mas é na terceira vertente, a intenção de ruptura, que o Serviço Social, ao elaborar uma crítica ao tradicionalismo profissional, se aproximará da teoria marxista, no entanto essa aproximação será de forma rasa, conhecido como um marxismo “sem Marx” enraizado no estruturalismo. Como uma alternativa ao “Serviço Social Tradicional”, é elaborado o Método de Belo Horizonte¹⁰, com questões epistemológicas baseadas na teoria leniniana do reflexo, onde o conhecimento é reflexo da realidade.

O Método de BH pretendia levar o método dialético de Marx para uma dialética processual de uma intervenção profissional, nele a construção teórica se faz a partir da prática, ou seja, a prática como formadora de conhecimento. Porém, as formulações do Método de BH apresentam algumas implicações, neste sentido Netto (2015), destaca três:

A primeira refere-se às relações entre teoria e ciência – não há dúvida de que os formuladores mineiros equalizam os dois termos: “A teoria [...] um conhecimento científico do mundo” (Santos, 1985, p. 25, grifo do autor). A segunda consiste na redução da atividade teórica e procedimentos sistematizadores. “O conteúdo da teoria é constituído pela generalização e abstração dos dados e fatos obtidos pelo processo prático. [...]” (Santos, 1985, p. 26, grifo do autor). A terceira (...) é a tendencial identificação operada pelos formuladores mineiros entre método científico e método profissional; (...) (NETTO, 2015, p. 359).

Apesar das limitações que incidiram no viés da tradição marxista incorporada, “é absolutamente impossível abstrair a elaboração belo-horizontina da fundação do projeto de ruptura no Brasil” (NETTO, 2015, p. 350). No entanto, através dos trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação, é que a teoria marxista, em suas fontes originais, passa a sinalizar a maioridade intelectual da intenção de ruptura. Através da reflexão de Marilda Villela Iamamoto, foi possível primeira inclusão bem sucedida da fonte “clássica” de Marx para a compreensão profissional do Serviço Social.

¹⁰ Conhecido também como Método de BH “configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articuladas a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas.” (NETTO, 2015, p. 250)

É com essa aproximação com a tradição marxista, que a profissão aumenta sua bagagem teórica compreendendo as contradições do seu exercício profissional, desenvolvendo um posicionamento crítico colocando sua atuação a favor da classe trabalhadora. Desta forma a profissão busca, e vem buscando, romper com o conservadorismo, o que proporcionou impactos positivos na formação profissional, na revisão do Código de Ética do Assistente Social e na formulação de um Projeto Ético-político profissional comprometido com a classe operária, na defesa dos direitos humanos e a favor da equidade social e da construção de uma nova ordem societária.

A década de 1990 é marcada pela consolidação do Projeto Ético-político do Serviço Social, principalmente a partir da reformulação do Código de Ética do Assistente Social em 1993. Mas ao mesmo tempo em que se consolida, encara um grande desafio para sua materialização, a hegemonia neoliberal¹¹ e uma nova onda de conservadorismo.

A década que se inicia nos mostra dois processos inter-relacionados: a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional. Mas não apenas o neoliberalismo repercute negativamente na profissão. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos também teóricos. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 14)

A ofensiva neoliberal e o neoconservadorismo se configuram como grandes desafios para uma atuação profissional comprometida com o Projeto Ético-político, quando nos reportamos aos assistentes sociais que atuam na Baixada Fluminense, acrescentamos outro desafio: a política coronelista com prática clientelista e assistencialista, e o modo de como isso rebate na atua profissional, será analisado no item seguinte.

4. A política coronelista na Baixada Fluminense e seu rebatimento na atuação dos assistentes sociais

¹¹ “A *programática neoliberal* representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de *reestruturação geral do capital* (que para a América Latina segue o receituário do Consenso de Washington, de 1989) frente à crise e às lutas de classes, e que deriva basicamente em três frentes articuladas: o *combate ao trabalho* (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “*reestruturação produtiva*” e “(contra-)*reforma do Estado*”.” (MONTAÑO, 2006, p. 142)

Conforme abordado anteriormente, as relações de poder político na Baixada Fluminense foram construídas sobre bases de violência e coerção composta por grupos de extermínio e outros aparatos de poder sobre a população residente. Desta forma fica caracterizado uma relação de poder política com característica coronelista. Dotado de uma prática clientelista essa política será grande estratégia de ascensão ao poder, e como uma moeda de troca, cargos públicos são ocupados via indicações e apadrinhamento, e nestes cargos, os de assistentes sociais também estão envolvidos.

O Serviço Social, por muitos anos, buscou uma legitimidade profissional com uma base teórico-metodológica que desenvolvesse um posicionamento crítico. Essa luta proporcionou um processo de construção de um projeto profissional e societário, com princípios e valores que prezam a liberdade, a democracia e a defesa dos direitos humanos, e que através do Código de Ética Profissional norteia a ação profissional.

Com a implantação da política neoliberal, em resposta á crise do capital, o trato com a questão social é modificado, onde as políticas sociais se tornam precarizadas, focalizadas, descentralizadas, e o Estado transfere suas responsabilidades para o setor privado. De acordo com MONTAÑO (2006, p. 143):

É assim que, no que concerne ao novo tratamento da “questão social”, a *orientação das políticas sociais estatais* é alterada de forma significativa. Elas são *privatizadas*, transferidas ao mercado e/ou inseridas na sociedade civil; por sua vez, contra o princípio universalista e de direito de cidadania, são *focalizadas*, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de necessidades pontuais, o que permite sua *precarização*; finalmente, elas são também *descentralizadas administrativamente*, levando as regiões pobres a ter que se contentar com a administração de recursos insuficientes para suas respostas sociais.

O assistente social, enquanto um trabalhador assalariado, que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, e que atua diretamente no enfrentamento da “questão social” é desafiado com essas mudanças, e na Baixada Fluminense soma-se ainda a questão da política coronelista e as indicações de cargos públicos.

No ano de 2016, aconteceram as eleições municipais, e no ano de 2017, pode-se observar que alguns municípios realizaram processo seletivo¹². Traz-se como exemplo os seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Em todos esses municípios, o processo seletivo foi realizado através de análises

¹² Os dados sobre os processos seletivos foram coletados nas páginas digitais das prefeituras em questão. Os sites estarão disponíveis nas referências bibliográfica deste trabalho.

de currículos (com exceção de Duque de Caxias, que após a análise de currículo, que tinha uma pontuação maior, o candidato participaria de uma prova e entrevista), que deixa um caráter duvidoso em relação às escolhas dos candidatos.

Em Duque de Caxias abriram inscrição para 88 vagas para assistentes sociais, para um período de seis meses. Em Belford Roxo, foram 61 vagas para assistentes sociais, sendo que 38 vagas de início imediato e 23 vagas para cadastro de reservas, para um período de 12 meses. Em São João de Meriti, abriram inscrição para 24 vagas de assistentes sociais, para um período de 36 meses. E em Nova Iguaçu foram abertas 23 vagas para assistentes sociais, para um período de 12 meses.

Neste caso, analisa-se que essas vagas não são para somar às outras já ocupadas, e sim para substituí-las. Nota-se também a violação dos direitos trabalhistas, pois esses profissionais estão condicionados a um trabalho precarizado temporário e sem estabilidade. Essas condições vão impactar diretamente na prática dos assistentes sociais, e além dessas condições, a atuação desses profissionais estarão atreladas às ações clientelistas e assistencialistas dos agentes políticos desse território.

Inúmeros são os desafios no dia-a-dia do assistente social que atua na Baixada Fluminense, e este deve estar capaz em identificá-los, que para isso é fundamental sua capacidade intelectual, e apropriação dos conhecimentos teórico-metodológicos que proporcione uma postura crítica mediante as suas atividades, algo que não é simples devido a complexidade e heterogeneidade da realidade. Forti e Guerra (2011) afirmam que os assistentes sociais:

(...) tem responsabilidade e chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações, uma vez que portador de relativa autonomia na execução da sua atividade. Todavia, para isso é crucial capacidade intelectual — busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social — sem o obscurecimento de idealismos e dos limites das intervenções que não ultrapassam o plano das intenções, pois desconexas da realidade. (FORTI; GUERRA, 2011, p. 8)

O assistente social com seu caráter prático-interventivo busca efetivar os direitos de seus usuários, e diante das relações complexas que transcorrem na realidade social da Baixada Fluminense, tem como desafio uma formação política, ética e crítica, perante ao imediatismo das demandas que lhe são postas. Guerra (2013) aponta que:

No âmbito do cotidiano, o imediatismo, o espontaneísmo e o ponto de vista da consciência comum predominam. Ação e pensamento estão organizados para responderem às demandas imediatas, na perspectiva de não colocar em risco a

própria sobrevivência do sujeito e, conseqüentemente, sua produção social. (GUERRA, 2013, p. 40)

Dessa forma, o assistente social, atuante nos municípios baixadenses, não deve se limitar somente em responder as demandas imediatas, é fundamental a compreensão crítica, para realizar sua intervenção na realidade e consiga enfrentá-la de forma eficiente. E é neste momento em que o profissional deve conter uma estrutura teórico-metodológica e interventiva firme.

Outra forma que a política coronelista pode rebater diretamente na prática dos assistentes sociais, é criando uma dificuldade de associar a teoria e a prática. Neste momento o conhecimento teórico fica a parte, e as experiências vivenciadas no ambiente de trabalho, é que passa a nortear as ações profissionais. Esse caráter pragmatista leva ao entendimento que a teoria deveria responder as questões postas aos assistentes sociais em seu cotidiano, e caso não haja essa resposta, a teoria não é eficaz. Neste sentido, Forti e Guerra (2013) dizem que:

Esta concepção demonstra uma excessiva valorização dos resultados voltados para o êxito individual em detrimento do processo desencadeado para o conhecimento da realidade e as respostas às reais necessidades coletivas. Sem dúvida, esta apreciação é produto típico do desenvolvimento capitalista e vincula-se à dimensão instrumental da razão, uma vez que desconsidera as possibilidades emancipadoras da razão moderna. (FORTI; GUERRA, 2011, p. 4)

No processo de intervenção, os profissionais devem ter domínio de suas competências ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, pois elas vão direcionar o agir profissional no âmbito da correlação de poderes e forças sociais na Baixada Fluminense. É um momento que o assistente social precisa ter um posicionamento político (não partidário) frente às demandas que lhe são impostas, e assumir um compromisso com o Projeto Ético-político da profissão.

Faz-se necessário, então, tornar explícito o *compromisso ético-político através da defesa dos valores do trabalho* – trabalho emancipado do capital, contra a exploração e a dominação do homem sobre o homem – e da *defesa dos direitos historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras e pelos setores ubalternos* – direitos trabalhistas, sociais, políticos e de cidadania. Isso significa o comprometimento do assistente social em centrar sua ação profissional nesses valores, o que supõe um claro corpo ético-político (Códigos de Ética) que oriente e controle o exercício profissional a partir dos consensos criados pelos coletivos profissionais e da articulação com outros atores institucionais e sociais, objetivando reforçar seu papel na correlação de forças existente. (MONTAÑO, 2006, p 145).

Diante de tais fatos, os profissionais do Serviço Social precisam entender que, respostas profissionais pressupõem a compreensão dos significados sociais das demandas

apresentadas e das intervenções que lhes possam atribuir. Então é imprescindível que o assistente social conheça suas competências e atribuições, para não realizar apenas serviços burocráticos e mecanizados.

5. Considerações finais

O espaço político da Baixada Fluminense é alvo de disputas de agentes políticos ligados a uma relação de poder relacionada ao clientelismo e a patronagem. Enquanto estrutura de poder, o coronelismo, que nasce na República Velha, encontrou no espaço periférico baixadense um local apropriado para se estabelecer, através da violência e coerção.

Até os dias atuais, esse tipo de política se estabelece associado a uma prática clientelista e de apadrinhamento. Os direitos sociais são negociados enquanto ajuda de algum agente político, com objetivo de se obter votos, e os cargos públicos são negociados e modificados sempre que mudam os sujeitos.

Desta forma, considera-se que a atuação dos assistentes sociais que trabalham na Baixada Fluminense, está fortemente tensionada, frente aos desafios postos pela política coronelista. Por muitos anos, buscou-se uma legitimação crítica para a profissão nas suas bases teórico-metodológicas. Com a aproximação com a teoria marxista, a profissão, de forma hegemônica, se posiciona a favor da classe trabalhadora.

Considera-se que o assistente social precisa manter um compromisso ético-político mediante às demandas apresentadas, e que apesar de uma relativa autonomia, tem a responsabilidade de imprimir um sentido à sua prática, principalmente no que se refere à defesa dos direitos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.,

FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra”. In: FORTI E V, e GUERRA, Y. (orgs.). **Serviço Social**: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011. Pp. 3-23.

GUERRA, Yolanda. “Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares”. In: **Rev. Katalysis**, Florianópolis, v. 16, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/04.pdf>.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

PREFEITURA DE BELFORD ROXO. Disponível em: <http://noticiasdebelfordroxoblogspot.com.br>. Acesso em: 4 out. 2017.

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS. Disponível em: <http://dc.caxias.br/>. Acesso em: 4 out. 2017.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. Disponível em: <http://www.novaiaguacu.rj.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2017.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DE MERITI. Disponível em: <http://www.meriti.rj.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2017.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social. Um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. “Um projeto profissional para o Serviço Social crítico”. **Rev. Katalysis**, Florianópolis, v. 9, jul./dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802006000200002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEFESS; ABEPSS, 2009.

SOUZA, Rodrigo Sampaio de. **Sobre o poder na Baixada Fluminense: o exemplo do município de Nilópolis/RJ**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2014.

SOUZA, R. S. de; BARBOSA, A. C. S. Representações da região da Baixada Fluminense: refletindo sobre o papel do poder político familiar no município de Nilópolis/RJ. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 3, v.7, n.1, p.831-848, 2013.